

## TRAJETÓRIA INTELECTUAL DO INTEGRALISTA MIGUEL REALE: DO SOCIALISTA LIBERAL ATÉ A CRÍTICA AO LIBERALISMO E AO SOCIALISMO

Felipe A. Cazetta<sup>1</sup>

E-mail: [felipecazetta@yahoo.com.br](mailto:felipecazetta@yahoo.com.br)

Doutorando em História pela UFF

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar a trajetória intelectual de Miguel Reale até sua inserção nas fileiras na Ação Integralista Brasileira (AIB). Deste modo, há a intenção de evidenciar as discontinuidades presentes no percurso ideológico do futuro Secretario Nacional de Doutrina do integralismo, seu posicionamento inicial simpático ao socialismo de Carlo Rosselli e, posteriormente, a rejeição aos postulados liberais e às concepções socialistas de modo geral.

**Palavras-chave:** Trajetória. Descontinuidade. Integralismo. Miguel Reale. Doutrina.

### RÉSUMÉ

Cet article vise à présenter la carrière intellectuelle de Miguel Reale jusqu'à son inclusion dans les rangs en Ação Integralista Brasileira (AIB). Ainsi, il est prévu de mettre en évidence les discontinuités présentes dans le chemin idéologique du futur Secrétaire National de la Doctrine de l'integralisme, sa position initiale sympathie pour le socialisme de Carlo Rosselli et, ensuite, son déni des postulats libéraux et des conceptions socialistes en général.

**Mot-clé:** Trajectoire. Discontinuité. L'intégrisme. Miguel Reale. Doctrine.

Ao contrário das outras lideranças da Ação Integralista Brasileira (AIB), tais como Plínio Salgado e Gustavo Barroso, Miguel Reale inseriu-se no movimento integralista ainda jovem, contando com vinte e três anos. Salvo melhor juízo, ao assumir o cargo de Secretário Nacional de Doutrina da Ação Integralista Brasileira, não possuía obras de relevo publicadas. Sua produção limitava-se a artigos no periódico da Faculdade de Direito de São Paulo, onde se tornou bacharel. Foi o mais longevo dos membros do movimento.

Nascido em 1910 e falecendo em 2006, Reale “manobrou” suas memórias, selecionando fatos que lhe eram convenientes, e omitindo outros nem tanto. Após a

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte do sexto capítulo da tese de doutoramento: “FÓRMULAS ANTIDEMOCRÁTICAS NO ALÉM-MAR: Análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)”, escrito sob auxílio da bolsa CAPES-REUNI, sob orientação da professora Dra. Giselle Martins Venâncio.

saída da AIB, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras, filósofo e respeitado jurista. Diante destes aspectos, sua trajetória favoreceu para que a AIB se tornasse apenas uma mácula em sua biografia, com peso menos relevante em relação ao exercício no percurso feito por Plínio Salgado, por exemplo.

Estes aspectos - principalmente o índice rarefeito de obras publicadas - dificultam o rastreamento de fontes bibliográficas do autor, anteriores à AIB. Diante destes empecilhos, este artigo atentou para as nuances inscritas em relatos memorialísticos produzidos por Reale. Outro alvo da análise esteve centrado em seu percurso intelectual. Portanto, o objeto será a investigação dos caminhos trilhados por Reale, até alcançar o corporativismo que o levou às fileiras da AIB.

Para tanto, utilizar-se-á do mapeamento das leituras de Miguel Reale, em um de seus artigos, “A Crise da Liberdade”, publicado em junho de 1931, no periódico da Faculdade de Direito de São Paulo. Neste, Reale apresentava sua erudição, ao utilizar-se um conjunto heteróclito de leituras. A partir destas citações bibliográficas tem-se o intuito de tentar delinear seu perfil político-ideológico, antes de inserir-se na AIB, evento que ocorreu em fevereiro de 1933.

Através dos relatos memorialísticos, Reale (REALE: 1987) situaria o início de suas impressões políticas em Itajubá ainda na adolescência. Tratava-se do período em que o Brasil participou da I Guerra Mundial, assim, narra Reale “(...) acompanhei a turba que cruzava a cidade, com vivas ao Brasil e improperios contra o Kaiser. Tudo acabou na frente da padaria de uns pobres alemães aterrorizados, sob ameaça de saque e incêndio.” (REALE, 1987, p. 19)

Sobre este ocorrido, o Reale de 1987 revelaria seu desprezo pelas camadas populares, apontando para a facilidade de manipulá-las. Concluindo sobre o desenlace do sucedido, o autor afirmava: “Ao longo da minha vida política assisti a cenas semelhantes, verificando como é fácil inflamar ou comover a massa popular, (...)” (REALE, 1987, p. 20)

Ainda que apontasse para estas primeiras impressões ocorridas em Itajubá, Minas Gerais, interessa-nos sua passagem pelo Instituto Dante Alighieri, organização escolar que frequentou ao cursar o ginásio e preparar-se para os exames de vestibular. Este período é relevante em razão da instituição estar ligada e ser mantida pelo governo italiano, sob o domínio fascista. Portanto, foi nesta escola que Reale tomou

conhecimento da ideologia e do movimento conduzidos por Mussolini. Segundo ele, o instituto era:

(...) escola preparatória de estudos superiores a serem realizados na Itália. Com o crescente desenvolvimento do fascismo essa destinação ainda mais se acentuou, mas o menino de Itajubá sentia suas raízes na terra cabocla, seu destino vinculado à língua inculta e bela. (REALE, 1987, p. 32)

As afirmações de Reale sobre o Instituto são procedentes. João Fábio Bertonha apresenta em tese de doutoramento, que a *Società Dante Alighieri* possuía entre seus objetivos, levar a “italianidade” àqueles que se encontravam no exterior. Fundada em 1889, a escola foi contaminada pelos valores fascista, durante a ascensão de Mussolini ao poder. Diante da função exercida pela instituição, de manutenção da identidade nacional entre os italianos fora da Itália, o governo fascista incorporou-a ao seu aparato burocrático, convertendo-a em disseminadora dos valores do regime de Mussolini (BERTONHA, 1998, p. 43).

Portanto, a justificativa para o interesse das análises começarem a partir da Sociedade Dante Alighieri, se faz pela inserção dos valores e códigos identitários fascistas presentes neste órgão, apontando para o primeiro contato de Miguel Reale com a ideologia de extrema-direita. Além disso, foi na Sociedade Dante Alighieri que o futuro Secretário Nacional de Doutrina da AIB tomou contato com concepções socialistas, por intermédio de dois de seus professores, os irmãos Isoldi.

Ao considerar este contato com o marxismo dos Isoldi, Reale afirmava ser Dante Isoldi socialista democrático, o responsável por familiariza-lo com “(...) o marxismo, mas o marxismo aberto e de larga inspiração teórica, haurida na obra admirável de Antonio Labriola até hoje uma das mais preciosas análises do que há de vivo no pensamento de Marx.”(REALE, 1987, p. 34). A partir da relação com os Isoldi, Reale afirmou que durante sua permanência no Instituto Dante Alighieri, salvou-se da influência do fascismo arraigada na instituição de ensino. Adotou postura antifascista através de leituras da esquerda ideológica. Naquele momento, embora se declarasse socialista, afirmava-se adepto de Carlos Rosseli e outros revisionistas.

Para justificar o posicionamento ideológico, firmado no socialismo revisionista Miguel Reale declarou que os debates e discussões entre stalinistas e trotskistas o enfadavam por não manterem ancoragem com os assuntos internos ao país (REALE, 1987: p. 35). Deste modo, o Secretario de Doutrina da AIB encontrou acolhida no reformismo. Embora continuasse leitor de Marx, estabeleceu contato com as obras de

Plekhanov e buscou em Arturo e Antonio Labriola e Rosseli as fontes para suas posições teóricas.

Estes autores, fornecedores do aparato teórico de Reale em sua juventude socialista-revisionista, estiveram presentes em artigo publicado na *Tribuna Liberal*, órgão acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo. Inserindo-se na corrente do revisionismo socialista, Reale inclinava-se ao cristianismo, “Pois o socialismo sempre dirigiu aos humildes e aos infelizes, continuando a ação dos apóstolos do Cristianismo, mesmo quando a Igreja se esquecia do seu passado, tendo mais clientes do que fiéis.” (REALE, 1931. In. REALE, 1983, p. 7).

Este aspecto foi permanente em seus textos teóricos. A concepção cristã fez parte de seu Estado Integral. Com características mais tênues, em relação à infiltração dos preceitos cristãos no pensamento de Plínio Salgado, a influência do cristianismo esteve inserida entre conceitos jurídicos visando erigir a instituição corporativista, encarnada no integralismo. “É sobre o conceito do homem cristão”, afirmaria Reale em 1937, “- matéria, instinto e razão – que devemos elevar o edifício do Estado cristão.” (REALE, 1937. In. REALE, 1983, p. 84). Concomitante à doutrinação corporativista influenciada pelo cristianismo, estava a argumentação em defesa da moral, igualmente revestida pelo vocabulário jurídico-institucional. Em *Perspectivas Integralistas*, sob o intuito de erigir as bases do Estado Integral, afirmava:

A economia se subordinará à moral, e então o povo brasileiro compreenderá o porque dos grito dos ‘camisas verdes’ por toda a extensão do território nacional: ‘Brasileiros, despedacemos as algemas do capitalismo que nos escraviza e proclamemos a independência econômica financeira da Nação!’(REALE, 1935. in. REALE, 1983, p. 25)

Este aspecto moral foi resultante da adoção do revisionismo socialista, presente já em 1931. Carlo Rosseli foi um autor importante entre suas leituras, em virtude da concepção de socialismo liberal como alternativa ao marxismo. Diante das críticas às correntes socialistas marxistas, houve a adesão de Reale à interpretação de Rosseli, conforme apresentado no artigo “A Crise da Liberdade.”(REALE, 1931. In. REALE, 1983. p. 5). Neste artigo, encontram-se referências à obra *Socialismo Liberal*. O autor italiano escreveu o ensaio, entre 1928 e 1929, quando esteve preso em Lipari, em consequência de sua posição antifascista. No entanto, sua defesa do socialismo era dissociada das correntes marxistas, fato que seria incorporado por Reale.

Embora Rosselli tenha exercido influência, este não foi o único autor utilizado por Reale no artigo publicado no jornal da Faculdade de Direito de São Paulo. Plekhanov<sup>2</sup>, Arturo Labriola<sup>3</sup>, Georges Valois<sup>4</sup>, foram outros pensadores utilizados. Conforme será visto, as leituras não estiveram isentas de contradição. Exemplo destes ruídos é observado entre Rosselli e Plekhanov.

A crítica central realizada pelo socialista liberal ao marxismo recaía sobre a preponderância da necessidade histórica regendo os destinos humanos, em detrimento da vontade dos indivíduos. Rosselli defendia que para Marx, o socialismo:

Devia realizar-se, não podia deixar de realizar-se – não em virtude de uma imaginária livre escolha dos homens, mas devido às forças transcendentais que dominam os homens e suas relações: as forças produtivas no seu incessante progresso e desenvolvimento. (ROSSELLI, 1997, p. 41)

Através desta interpretação, os mecanismos para a deflagração do socialismo marxistas realizar-se-iam fatalmente. Nesta perspectiva, os homens não possuiriam a liberdade de escolhas e de ações, pois estariam submetidos ao imperativo da necessidade, reféns dos movimentos históricos. Assim, o marxismo possuía como aspectos o determinismo e a teleologia. Tal interpretação é condenada por Plekhanov, autor também utilizado por Reale.

Este raciocínio mecanicista, atribuído por Rosselli à dialética do materialismo-histórico, é chamado pelo pensador russo de “quietismo”. Confrontando esta perspectiva, Plekhanov afirmava a coexistência e complementariedade entre a necessidade e a liberdade. Deste modo, se derrubaria a crítica ao determinismo, supostamente encontrado no socialismo marxista. “Na realidade,” afirmava o autor de *O Papel do Indivíduo na História*, “essa famosa contradição, essa pretensa antinomia da liberdade e da necessidade não existe. Longe de excluir a liberdade, a necessidade é sua condição e seu fundamento.” (PLEKHANOV, 2008, p. 40). Salvaguardadas as nuances entre os autores, Reale utilizava-os de modo a constituir um artigo coeso, *apropriando-se*

---

<sup>2</sup> Guiorgio Plekhanov (1856-1918) integrou a primeira geração de marxistas russos, estando em primeiro momento no grupo menchevique. No entanto, durante a guerra civil russa, recusou-se a lutar contra os bolcheviques em 1917.

<sup>3</sup> Arturo Labriola (1873-1959) participou de organização socialista reformista (*Avanguardia Socialista*) avessa ao socialismo oficial, preconizado pelo Partido Socialista Italiano. Nesta, Labriola dividiu espaço com Mussolini, reivindicando um socialismo italiano. No entanto, ao término da Grande Guerra Mundial, membros do movimento inclinaram-se à radicalização, oferecendo colaboração aos *fasci* liderados por Mussolini. Deste modo, Labriola exilou-se na França, por se opor ao fascismo.

<sup>4</sup> Georges Valois (1878-1945) desenvolveu atividade anarquista. Integrou a *Action Française*. Rompendo com Maurras, constituiu o *Faisceau*, vertente francesa do fascismo.

de certos conteúdos no intuito de obscurecer os ruídos existentes entre suas referências bibliográficas.

Além da dissonância existente entre os autores utilizados no artigo para o jornal da Faculdade de Direito de São Paulo, os ruídos encontram quando colocados lado a lado textos de sua autoria, porém escritos em um longo intervalo de tempo. Se Reale, em 1987, afirmava ser marxista durante seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo (REALE, 1987, p. 62), em “A Crise da Liberdade”, de 1931 – escrito para jornal da mesma instituição - constata-se a preponderância do socialismo liberal de Rosselli. O autor italiano entendia ser “(...) preciso dissociar o socialismo e marxismo – ou pelo menos conceber que tal dissociação é possível – (...)” (ROSSELLI, 1997, p. 166) Afirmava: “Para os socialistas, o verdadeiro problema não consiste em negar Marx, mas em emancipar-se dele.” (ROSSELLI, 1997, p. 133) Em termos semelhantes, Reale apresentaria em seu artigo de 1931: “Emancipamo-nos de Marx, mas não o renegamos.” (REALE, 1931. In. REALE, 1983, p. 10). Deste modo, Rosselli – e posteriormente Miguel Reale – buscava um socialismo externo ao marxismo.

O socialismo liberal encontraria suporte na moral, não requerendo a socialização dos meios de produção e da propriedade privada, tal como no socialismo marxista. Deste modo, através da “elevação intelectual” dos indivíduos, recuperar-se-ia a atuação dos homens em seus destinos. Portanto, a liberdade - e não a expropriação material - seria a pedra de toque de Rosselli no intuito de consolidar seu socialismo. Para tanto, o autor de *Socialismo Liberal* estava “(...) convencido que só a revisão corajosa das premissas morais e intelectuais poderá voltar a dar ao socialismo aquele frescor e força expansiva que a anos lhe faltam.” (ROSSELLI, 1997, p. 39) Deste modo, a revolução socialista haveria de ser precedida pela reforma dos aspectos morais da população, para que todos possuíssem acesso à liberdade proposta pelo socialismo liberal. Assim:

Não tenho dúvida em afirmar que só ocorrerá uma autêntica revolução socialista quando a transformação da organização social for acompanhada de uma revolução moral, isto é da conquista que será preciso renovar perpetuamente, de uma humanidade melhor, mais justa, mais bondosa, mais espiritual. (ROSSELLI, 1997, p. 121)

Em função dos suportes do socialismo liberal estarem firmados na moral, Rosselli criticava Marx pelo cientificismo do materialismo-histórico, em detrimento das “posições morais” encontradas em seus predecessores intelectuais. Sem apontar quais eram os “clientes” pelos quais advogava, Rosselli afirmava: “O orgulho objetivo de Marx

foi assegurar ao socialismo uma base científica, transformando-o em ciência – na ciência social por definição. Daí o desdém pelos seus predecessores e o repúdio a toda posição moralista.”( ROSSELLI, 1997, p. 41)

Na esteira de Rosseli, Reale entendia o materialismo histórico como despido de valores morais, em prol da ciência. Assim, revelou a insatisfação diante do suposto escárnio do autor de *O Capital*, à Fourier, Saint Simon e Proudhon, ao chamá-los de “utopistas”. Ainda estudante de Direito, denunciava: “Foi contra eles [Fourrier, Saint Simon e Proudhon] que Karl Marx repetiu a palavra de escárnio; “utopistas”, esquecendo-se que muito lhes devia. (...). O socialismo devia combater em nome da Ciência, relegando para plano secundário os motivos morais.”(REALE, 1931. in. REALE, 1983, p. 7)

Transcendendo a revolução moral, que abriria caminho ao socialismo liberal, Rosselli apontava para a superação do marxismo e, para o equívoco sustentado pelos prognósticos marxianos.

As diferenças não residem mais (como para Marx) nas esferas de produção, e sim na de distribuição e da moral. A racionalização capitalista contém muitos elementos socialistas. (...). Hoje é possível conceber que a passagem de uma para outra se efetue mediante processo gradual e pacífico; processo que assegurando as vantagens da primeira, reforce progressivamente com as da segunda. (ROSSELLI, 1997, p. 105)

Portanto, a intenção de Rosselli era promover a transição do capitalismo para o socialismo, evitando a luta de classes. Ao constatar as melhorias políticas e sociais trazidas pelo capitalismo ao operariado, este demonstraria os limites do marxismo no século XX, e abdicaria da “Ditadura do Proletariado” para defender os ganhos até então adquiridos durante o capitalismo (ROSSELLI, 1997, p. 90).

Alcançando conclusão semelhante acerca dos limites da teoria marxista, Miguel Reale direcionava seu exame para outra perspectiva. Ao examinar as consequências do término da I Guerra Mundial, em “A Crise da Liberdade”, apontava-se para o desequilíbrio entre as classes, que não lutaram entre si, conforme anunciado por Marx, mas distanciaram-se com o acirramento das condições de vida. Deste modo, Reale apresentou o surgimento de diferentes vertentes ditatoriais, respaldadas em critérios classistas. “Ao lado da Ditadura do Capitalismo (como na América do Norte) apareceu a da média Burguesia (Fascismo) e a do Proletariado (Bolchevismo). As três classes (...) se

isolavam. Aspectos diversos de um mesmo desequilíbrio.”( REALE, 1931. in. REALE, 1983, p. 10).

Se Rosselli afirmava “Com Bernstein e Sorel (que introduziu) ele [Croce] compõe a tríade que mais contribuiu para o esboroamento progressivo do sistema [de explicação marxista].”, Reale concluía “Não é somente pelo trabalho dos revisionistas que se esboroa o marxismo como sistema dogmático, mas também pela lição dos fatos.” (REALE, 1931. in. REALE, 1983, p. 10). Quando propôs a superação do marxismo, Rosselli encontrou no sindicalismo os meios para por em prática seu empreendimento, ou seja, a consolidação do socialismo liberal. Porém, para angariar sucesso, colocaria em recesso o posicionamento liberal, flertando com as organizações corporativistas.

Embora não buscasse a diluição parlamentar em sua teoria, impelia os operários à ação sindical, porém, no seio das esferas decisórias. É válido ressaltar que, através da mobilização sindical no interior dos quadros institucionais, Rosselli possuía a intenção de manter a ordem e arrefecer o ímpeto insurrecional – bandeira da “Ditadura do Proletariado”, preconizada por Marx.

Uma vez organizados, os operários “Não esperam mais o comando do partido político para que iniciem a insurreição, mas pretendem a ação orgânica no parlamento e nos órgãos públicos, pela defesa de uma atmosfera de plena liberdade e a promoção de leis que protejam o trabalho.”(ROSSELLI, 1997, p. 57) A formação orgânica e profissional dos sindicatos seria utilizada por Reale em seu arcabouço teórico. No entanto, adotaria perfil radical, em relação ao esboçado por Rosselli. Em artigo publicado em 1933, dois anos após ter lançado “A Crise da Liberdade”, Reale afirmava que “Realizada a representação profissional, os partidos terão forçosamente que desaparecer, assumindo a representação política outra organização, outro espírito.” (REALE, 1933. in. REALE, 1983, p. 64).

Durante a atuação na AIB, Reale alteraria suas concepções em relação ao Socialismo Liberal, combatendo o liberalismo e o socialismo. Tal oposição a Rosselli tornou-se candente em *ABC do Integralismo*, cuja primeira edição data de 1935. Nesta obra, Reale afirmava: “Tendo em vista a constituição do Estado brasileiro sobre bases corporativas, os sindicatos passam a ser ‘pessoas de direito público’.” (REALE, 1935. In. REALE, 1983A, p. 199). Foco deste distanciamento é sentido quando se percebe que Rosselli acreditava na coexistência dos sindicatos e partidos, no entanto, Reale sustentava o antagonismo da organização sindical aos partidos, enquanto aquelas



estivessem inseridas no corporativismo. Deste modo, a concepção de indivíduo, apresentada por Rosselli possuía divergências às crenças sustentadas por Reale quando atuou pela AIB.

Ainda em “A Crise da Liberdade” as discordâncias emergiam entre Reale e Rosselli. Estas se explicitavam quando o liberal-socialista italiano apresentava a perspectiva de oposição entre liberdade e necessidade. Tal como o autor de *Socialismo Liberal*, Reale acreditava na existência de determinismo na concepção marxista, em função de seu fatalismo, e a crença de que a marcha da História caminhará, inexoravelmente, para o socialismo. Contudo, por assumir postura revisionista, Reale utilizou dos escritos de Plekhanov, no intuito de buscar alternativa à proposta de Rosselli sem, no entanto, adotar posição evidenciada pelo “materialismo economicista”, ou “vulgar”, criticada pelo próprio Reale:

Segundo o marxismo, a Liberdade só pode ressurgir sobre as ruínas da sociedade capitalista: combater a organização capitalista é no fundo combater pela Liberdade. Contradição sem dúvida, mas profundamente em harmonia com a lição da história. Esta, no dizer de Plekhanov, “nos mostra que não somente o fatalismo não foi sempre um obstáculo à ação dinâmica e prática, mas que em certas épocas, ao contrário, forneceu a base necessária à ação.” (PLEKHANOV, *La question du rôle de la personnalité dans la histoire*. Apud. REALE, 1931. In, REALE, 1983, p. 8-9.)

Plekhanov, no referido trecho citado por Reale, não dissertava sobre o materialismo-histórico, mas tecia críticas aos subjetivistas que acusavam o marxismo de “quietismo”. De fato, o autor russo posicionava-se em relação ao fatalismo, relativizando seu aspecto negativo (PLEKHANOV, 2008, p. 106). No entanto, não com a finalidade vista no artigo de Reale. Em mesma via à busca pelo autor de “A Crise da Liberdade”, Plekhanov estabeleceu debate sobre a suposta oposição entre liberdade e necessidade. Quando dissertou sobre esta contradição aparente, o autor russo estabeleceu a solução para a oposição:

Quando a consciência da falta de liberdade da minha vontade se me apresenta única sob a forma de uma impossibilidade total, subjetiva e objetiva, de proceder de modo diferente ao que procedo, e quando minhas ações são para mim, ao mesmo tempo, as mais desejáveis entre todas as possíveis, nesse caso a necessidade se identifica em minha consciência com a liberdade, e a liberdade com a necessidade, e então não sou livre unicamente no sentido de que não posso romper essa identidade entre liberdade e necessidade; (...). Mas essa falta de liberdade é ao mesmo tempo sua mais completa manifestação. (PLEKHANOV, 2008, p. 111)

Deste modo, a liberdade se materializaria como uma necessidade da consciência, de modo a suavizar a oposição entre os dois pontos em contraste, ou seja, a liberdade e a

necessidade. Se, diante de um horizonte de expectativas limitado, pode-se optar por ação que se demonstra desejável, a necessidade iria determinar a liberdade de atuação dos indivíduos. O marxista confrontaria a interpretação que acusaria ser determinista o materialismo-histórico, lançada pelos opositores da corrente. Estes desenvolvimentos teóricos seriam úteis a Reale, tanto em sua fase acadêmica quanto já inserido na Ação Integralista Brasileira.

Na AIB, utilizaria de argumentação semelhante à sustentada por Plekhanov. Porém, colocou-a em consonância às premências político-doutrinárias existentes nos projetos do movimento de Plínio Salgado. Em *Perspectivas Integralistas*, o Secretário Nacional de Doutrina firmaria defesa ao fortalecimento da autoridade como maneira de salvaguardar as liberdades colocadas em risco pelo capitalismo e pelo comunismo. Portanto, Reale acrescentaria um elemento ao par necessidade-liberdade, sustentado por Plekhanov: a autoridade. Na teoria do integralista Miguel Reale, a necessidade levaria à ampliação da autoridade e à criação do Estado Integral, na defesa da liberdade.

Só a modificação da estrutura do Estado pelo fortalecimento da Autoridade permitirá resolver as questões que o século passado deixou sem solução como verdadeira sementeira de guerras e revoluções. Eis porque o integralismo inicia um combate sem tréguas contra o capitalismo e o comunismo internacionalistas, que destroem as Nações para melhor escravizar os homens, e contra o liberalismo que separa a Sociedade do Estado para entronização de poucos indivíduos. (REALE, 1935. In. REALE, 1983, 28-29)

Inserido no integralismo de Plínio Salgado, Reale havia abandonado o socialismo liberal de Carlo Rosselli, adotando postura voltada para o Estado Corporativo e a ação dos sindicatos. Desta forma, apresentou em suas teorias as influências exercidas pelo arcabouço institucional-corporativo oferecido pelo Estado fascista italiano. No entanto, a aproximação conduzida por Reale ao sindicalismo e ao corporativismo foi intermediada por leituras das obras de Arturo Labriola, conforme sinalizado ao término de “A Crise da Liberdade”, publicado em 1931.

Embora Rosselli e Labriola fossem reformistas, é possível detectar as contribuições de cada autor ao artigo de Reale. Enquanto Rosselli forneceu o revestimento moral, avesso ao materialismo e ao cientificismo proposto pelo marxismo, das obras de Labriola Reale colheu a postura sindical. Os autores italianos apresentavam pontos em comum em suas teorias. Em suas concepções de socialismo, ambos rejeitavam a socialização da propriedade como um fim em si. Conforme se examinou,

Rosselli prestigiava a moral, em detrimento da abolição da propriedade privada em seu *Socialismo Liberal*. O objetivo de Labriola, por sua vez, era voltado às classes.

O fim do socialismo não é a *socialização*, mas trazer as classes excluídas do controle econômico à gestão dos meios de produção. A 'socialização' das formas parciais de estatização às formas radicais do comunismo, não são mais que instrumentos para completar este processo. (LABRIOLA, 1933, p. 339)<sup>5</sup>

Como suporte à rejeição da socialização enquanto objetivo final, o socialismo reformista de ambos, apresentava críticas ao modelo marxista. Nestes termos, havia a interpretação de que o marxismo possuiria perspectiva teleológica e escatológica, onde o motor da história encontraria seu término na coletivização dos meios de produção. Assim como Rosselli, Labriola apresentaria a seguinte crítica à obra de Marx: "(...): no limite onde o socialismo espera o fim do capitalismo através do desenvolvimento de uma crise, sua escatologia torna-se extremamente improvável." (LABRIOLA, 1933, p. 29)<sup>6</sup> No entanto, os dois socialistas reformistas utilizados por Reale apresentavam suas nuances.

Rosselli afirmou a necessidade encontrada por Labriola em tornar Marx precursor do sindicalismo. "Labriola se esforçou, usando os recursos de seu engenho brilhantíssimo, por cunhar uma interpretação claramente voluntarista, destinada a fazer de Marx, um precursor das teses do sindicalismo." (ROSSELLI, 1997, p. 78) Porém, Labriola oferecia palavras pouco amistosas a Marx, sugerindo que não buscasse no autor de *O Capital* qualquer suporte para o sindicalismo defendido. Não são raras as referências a Marx, colocando-o como limitado em sua teoria. (LABRIOLA, 1933, p. 311)<sup>7</sup>

Labriola, erigindo seu revisionismo, voltou-se ao sindicalismo. Esforçava-se por imbuir os sindicatos de autonomia estatal e participação política e econômica. Ao visar a retomada da estabilidade econômica dos países no contexto pós-crise, mirava nas organizações sindicais como elemento importante para a reconquista do equilíbrio anterior. O autor italiano observava que somente o sindicalismo não seria capaz de eliminar os sintomas do colapso financeiro de 1929. No entanto, através das atividades

---

<sup>5</sup> ["*Le fin du socialisme n'est pas la socialisation, mais l'entraînement des classes exclues de controle économique, à la gestion des moyens de production, la "socialisation" des formes partielles de l'étatisation, eux formes radicales du comunisme, n'est que l'instrument par lequel peut s'accomplir ce processus.*" (Tradução minha – grifo do original)]

<sup>6</sup> [{"(...) : dans la limite où le socialisme attend la fin du capitalisme du developpment d'une crise, son eschatologie, devient extrêmement improbable." (Tradução minha)].

<sup>7</sup> "*En effet Marx n'était au fond qu'un (médiocre) hegelien passé a l'école de Ricardo, et que avait appris...le marxisme dans l'histoire et dans les polémiques du chartisme.*" ["Com efeito, Marx não era mais que um (mediocre) hegeliano que passou à escola de Ricardo, e que tinha tomado...o marxismo na história e nas polêmicas do cartismo." (Tradução minha)].

de organização em classes profissionais, da maior participação política e da organização através de agremiações sindicais, os países estariam mais protegidos dos efeitos da crise. Buscando evitar a desvalorização no preço dos produtos, que agravava a falência das indústrias e dos produtores rurais, havia a conclusão de que:

As experiências da crise atual dão estes resultados: se nós pegássemos dois países dos quais, um tem sua indústria fortemente sindicalizada, e o outro um pouco menos, está claro que a queda dos preços foi mais rápida no país mais próximo do sistema de organização livre. (LABRIOLA, 1933, p. 109-110)<sup>8</sup>

Deste modo, havia a explicação de como a União Soviética passou incólume pela crise, ao contrário dos países de economia liberal. Portanto, Labriola sinalizava que o sindicalismo poderia ser empregado tanto em sistema comunista quanto capitalistas. Tais considerações foram compartilhadas pela postura reformista de Reale em “A Crise da Liberdade”.

O estudante de Direito da Faculdade de São Paulo encerrava seu artigo com citação de Bakunin, onde o anarquista defendia que: “a liberdade sem o socialismo é o privilégio e a injustiça; e o socialismo sem a liberdade é a escravidão e a brutalidade.” Portanto, para romper este ciclo, Reale incumbia a “Democracia sindicalista” de colocar término à escravidão e à injustiça, até então praticadas. (REALE, 1931. In. REALE, 1983, p. 11). Deste modo, ao sinalizar para o aspecto social do sindicalismo, Reale entraria em consonância com as bases políticas e econômicas preconizadas por Labriola e seu projeto reformista de socialismo. Porém, estas noções trazidas pelo intelectual italiano foram apenas o elemento intermediário para a consolidação do Estado corporativo erigido por Reale.

Os conceitos de corporativismo lançados por Labriola e Reale – este último, após tornar-se integralista - não eram consonantes. O italiano entendia o corporativismo por duas formas distintas, ou seja, o Estado orgânico, composto por uma Federação de Sindicatos; e o trade-unionismo. No primeiro caso, as funções do Estado seriam transferidas aos sindicatos. Portanto, estes seriam responsáveis pela representação das demandas dos sindicalizados, por saúde, direitos econômicos e trabalhistas, seguridade social, entre outros. O corporativismo trade-unionista, conforme denominado por Labriola, se manifestaria dentro do Estado, mantendo a soberania de ambos, sindicato e

---

<sup>8</sup> [*“Les expériences de la crise actuelles donnent ces résultats: si nous prenons deux pays, dont l'un a fortement syndiqué son industrie, et l'autre un peu moins, il est sûr que la chute des prix a été plus rapide dans le pays qui a été plus proche du système de l'organisation libre.”* (Tradução minha)].

Estado. Assim, o sindicato possuiria voz política no parlamento, sem a interferência estatal. Labriola esforçava-se para distinguir Estado e sindicato, nas instâncias corporativas, evitando casos como o estatismo mussoliniano.(LABRIOLA, 1933, p. 276-277)

O mesmo cuidado não foi seguido por Reale. Em *Perspectivas Integralistas*, publicado pela primeira vez em 1935, havia a apresentação do Estado Integral, onde: “Os sindicatos, as sociedade e as ordens são organismos homogêneos e exprimem as atividades da Nação inteira; (...)” (REALE, 1935. In. REALE, 1983, p. 19-20). Deste modo, o sindicato seria a ramificação do Estado, através da disposição hierárquica vertical. Nesta organização piramidal, o sindicalismo levaria a sociedade a ser incorporada pelo Estado, visto que, segundo a perspectiva corporativista defendida por Reale, a sociedade utilizaria os sindicatos como forma de expressão política coletiva, levando suas demandas às esferas decisórias de poder. Tal perspectiva torna-se incompatível com a interpretação fornecida por Labriola acerca da relação entre Estado e Sociedade.

Para o italiano, estes dois elementos seriam antagonistas, haja vista a necessidade do Estado em zelar pela sua subsistência, retirando seus subsídios da sociedade. Esta, por sua vez, buscaria reter suas receitas, visando à manutenção dos indivíduos que a compõem. Labriola afirmava que “Toda ação econômica do Estado, definida pela condição da qual é destinado para si mesmo: nutrição, crescimento, é captada da sociedade; é uma ação que empobrece portanto a sociedade.” (LABRIOLA, 1933, p. 161)<sup>9</sup>

Tal como Labriola, Reale detectava o substrato de seu Estado corporativo na sociedade. Porém, se Labriola entendia Estado e sociedade enquanto antagonistas, Reale percebia ambos como componentes de um mesmo organismo. Assim, Reale criticou os socialistas, por buscar a resolução dos problemas da sociedade a partir da superação do Estado: “Não concebem o Estado como organismo que vive e se desenvolve, em consonância com o desenvolvimento da sociedade.”(REALE, 1937. In. REALE, 1983, p. 96).

Reale distanciava-se de Labriola quanto à interpretação de seu Estado corporativo. Utilizando o artigo “A Crise da Liberdade” pode-se apontar outra fonte de provável uso de Reale, quando, futuramente, ao inserir-se na AIB, lançaria as bases

---

<sup>9</sup> [“Toute action économique de l’Etat, définie par la condition qu’elle est destinée a lui-même: à le nourrir, à l’accroître, est captée à la société, est une action qui apauvrit la société.” (Tradução minha)].

teóricas de seu Estado sindicalista. Trata-se da obra de Georges Valois *Un nouvel âge de l'humanité*, citada por Reale quando esteve na Faculdade de Direito de São Paulo.

Embora seja encontrada citação breve em “A Crise da Liberdade” à obra do membro da *Action Française*, encontrou similaridades entre os aportes presentes no arcabouço doutrinário de Reale. Em seu livro, Valois buscava fundar bases para o que chamou de Estado Técnico Sindicalista. Neste, não haveria hierarquias localizadas na hereditariedade ou na questão financeira. As distinções se dariam em relação à capacidade produtiva de cada elemento da sociedade, refletindo-se deste modo no patamar social que este se encontraria. Nas palavras de Valois:

O Estado técnico é o órgão central de uma república fundada pela necessidade do trabalho e da vida social fraternamente organizada, onde não há hierarquia de ninguém repousando no nascimento ou na questão financeira, mas uma hierarquia de funções necessárias à produção e à realização dos cargos sociais (...). (VALOIS, 1929, p. 150)<sup>10</sup>

Fundamentando sua concepção de rede sindical-corporativa, Reale, em 1934, exporia concepções similares. Em “Sobre a Legislação Social” defenderia uma “reforma integral do sistema econômico capitalista”, regulamentando o poder político, econômico e de crédito aos trabalhadores. Nesta nova configuração, tais modificações seriam colocadas em prática no seio das organizações profissionais (REALE, 1935. In. REALE, 1983, p. 44).

Tal como encontrado em “A Crise de Liberdade”, Valois erigiria sistema “democrático” alternativo ao liberal. Este novo modelo seria encarnado nas assembleias corporativas, onde os cidadãos, uma vez sindicalizados, votariam entre si na escolha de seus representantes de classe. Segundo Valois, este modelo funcionaria nos termos descritos a seguir: “Os membros da assembleia não podem ser escolhidos a não ser entre os cidadãos e cidadãs que são membros de um sindicato, que deram provas de sua competência, se sua atividade e de seu empenho ao bem público.” (VALOIS, 1929, p. 153)<sup>11</sup>

Este modelo de democracia sindical apareceria de forma incipiente em “A Crise da Liberdade”. Porém, com a entrada de Reale no integralismo brasileiro, esta noção

---

<sup>10</sup> [“L’Etat technique est l’organe central d’une république fondée pour la necessite du travail et de la vie sociale fraternellement organisée, ou Il n’y a point de hiérarchie de personne reposant sur la naissance ou l’argent, mais une hiérarchie de fonctions nécessaires a la production et à l’accomplissement des charges sociales, (...)” (Tradução minha)]

<sup>11</sup> [“Les membres de l’assemblée ne peuvent être choisis que parmi les citoyens ou citoyenes qui sont membres d’un syndicat, qui ont donné des preuves de leus compétence, de leur activité et leur devouement au bien public.” (Tradução Minha)].

tomaria maior substrato e se avizinharia aos termos apresentados por Valois. Em *ABC do Integralismo*, entre outras de suas obras, exporia seu modelo, semelhante ao do membro da *Action Française*.

Reale estabelecerá a participação política e econômica dos cidadãos, devidamente inseridos em seus grupos sindicais, tal como exposto por Valois, através do Conselho (Valois apontaria para as Assembleias), que assumiria a função de órgão técnico de cada base territorial abrangida pela organização representativa. “Dessarte”, diria Miguel Reale,

não só será garantida uma verdadeira autonomia municipal pela impossibilidade de compreensão por parte de diretórios centrais de partido, como todas as atividades dos municípios terão uma voz sua insuspeita e sincera, a fim de tutelar seus interesses particulares.(REALE, 1935. In. REALE, 1983A, p. 199)

As leituras de textos Valois, realizadas por Reale podem indicar a inserção de alguns aspectos das teorias da *Action Française* na AIB. No entanto, tal afirmação não deve abandonar o campo das conjecturas. Valois fez parte da *AF*, porém, sua relação foi de confronto com Charles Maurras. Estes ruídos se fizeram em função do passado anarquista de Valois, entrando em oposição à baixa mobilização das camadas populares, predominante na *AF*. Tal corrente que rejeitava o contato com os setores subalternos, era hegemônica no interior do movimento, sendo conduzida por Charles Maurras. Deste modo, Valois avaliaria o maurrasismo como conservador e antissindicalista. (VALOIS, 1929, p. 146-147)

Por outro lado, em 1929, Valois tecia elogios a Marx, distanciando-se da postura revisionista de oposição ao marxismo, apresentada por Rosselli e Labriola, duas outras fontes intelectuais utilizadas por Reale. Embora propusesse algumas correções às perspectivas lançadas por Marx, Valois não se colocava em oposição ao materialismo-histórico. Ao contrário: “O que precede é uma aparência vizinha à concepção materialista de história que foi lançada por Karl Marx. Eu vou indicar o que as concepções expostas aqui devem a Marx e em que elas o corrigem.” (VALOIS, 1929, p. 27)<sup>12</sup>

Neste âmbito, havia a proposta alternativa sobre a interpretação dos caminhos para se alcançar o socialismo. Submetendo a Revolução ao binômio necessidade-

---

<sup>12</sup> [“Ce qui precede est un apparence voisin de la conception materialiste de l’histoire qui été apporté par Karl Marx. Je vais indiquer ce que les conceptions exposées ici doivent à Marx et en quois elles le corrigent.” (Tradução Minha)].

liberdade, tal como realizado por Plekhanov – e apropriado por Reale -, Valois concluiria que o socialismo ocorreria a partir de mudanças científicas, econômicas, políticas e jurídicas. Assim, sobre o socialismo de Valois: “Ele vem da revolução científica, que engendrou uma revolução econômica, que necessita de uma revolução política e jurídica.”(VALOIS, 1929, p. 20).<sup>13</sup>

Em 1933 Miguel Reale teceria percurso semelhante, porém, sem visar o socialismo, mas sim ao estado integral. Ao mirar o fascismo italiano como exemplo, criticaria o liberalismo, reivindicando colocar em prática uma legislação trabalhista capaz de defender o operário. “Enquanto o legislador liberal se limita a aconselhar, o legislador fascista estabelece taxativamente. Neste há a vontade firme de realizar o direito do trabalhador; (...)”(REALE, 1935. in. REALE, 1983, p. 47).

Valois fundou o *Faisceau* em 1925, grupo fascista francês. No entanto, em 1929, via com descontentamento a esperança de uma revolução sindicalista, criada pelo fascismo italiano. “Esta esperança deve ser abandonada. O Estado fascista liquidou o sindicalismo operário em um corporativismo entregue às organizações patronais.”(VALOIS, 1929, p. 141.)<sup>14</sup>

Inserindo Valois em seu contexto, no período em que escreve a referida obra, datada de 1929, o autor já havia constituído o *Faisceau*. Este movimento, segundo Robert Paxton, surgiu do desdobramento do *Cercle Proudhon*, fundado em 1911. Este foi um grupo de estudos cujo objetivo era “unir os nacionalistas e os antidemocratas de esquerda” contra o “capitalismo judeu”(PAXTON, 2007, p. 89).

Deste modo, embora Valois possuísse experiência de extrema-direita quando escreveu *Un nouvel age de l’humanité*, não deixou de criticar o congênere italiano. Postura diferente foi sustentada por Reale, quando se inseriu na AIB, tornando-se admirador do regime de Mussolini. Esta conversão, do socialismo revisionista à extrema direita, ocorreu durante a “Revolução Paulista” de 1932.

Sob o suporte das leituras revisionistas, a inserção de Reale na campanha constitucionalista de 1932 contra o governo Vargas, foi o ponto elevado para que condenasse o comunismo e adotasse definitivamente o corporativismo como modelo de Estado preferido. Reale assumiu o posto de sargento, e mesmo durante os confrontos,

---

<sup>13</sup> [“Il vient de la révolution scientifique, que a engendre une révolution économique, qui necessite une révolution politique et juridique.” (Tradução Minha)].

<sup>14</sup> [“Cette esperance doit être abandonnée. L’Etat fasciste a liquidé le syndicalisme ouvrier dans un corporativisme livre aux organisations patronales.” (Tradução minha)].



afirmara que “Não abdicara na época, de minhas convicções ‘marxistas revisionistas’, (...)” (REALE, 1987, p. 61)

Sempre segundo Reale em *Destinos Cruzados*, havia a justificativa de sua inserção ao lado do exército constitucionalista, mesmo diante de sua postura “marxista-revisionista”, por acreditar que o Estado de São Paulo fora colocado em posição vexatória, diante a escolha de um interventor que não era paulista. Em suas palavras: “(...), sentia o opróbrio de um injustiçado domínio alheio às nossas tradições, sobretudo quando comparávamos a nossa situação com a de Minas Gerais, que conservara até seu Governador.” (REALE, 1987, p. 61) Reale avaliava da seguinte forma a atuação dos comunistas no país:

O meu engajamento nas hostes constitucionalistas já revelavam o estado de perplexidade ou de transição em que me encontrava com o avanço dos planos comunistas, alheios aos problemas peculiares de nossa terra e de nossa gente, mas favorecidos pela política informe de reivindicações sociais que seduzia Miguel Costa e seus seguidores, razão primeira para as instabilidades paulistas. (REALE, 1987, p. 63)

Tal experiência na “Revolução Constitucionalista” fortaleceu a perspectiva de que os comunistas stalinistas e trotskistas, inseridos de ambos os lados combates, eram elementos de deterioração das forças nacionais. Diante destas “desilusões revolucionárias”, conforme denominaria o próprio Reale, viu como única alternativa de sanar a expansão comunista, a sua inserção no integralismo em fevereiro de 1933 (REALE, 1987, p. 67).

**Recebido em: 18/09/2013.**

**Aceito em: 23/12/2013.**

## REFERÊNCIAS

BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes e o Brasil, 1922-1943*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História (IFCH/UNICAMP), 1998.

LABRIOLA, Arturo. *L'État et la crise: étude sur la dépression actuelle*. Paris: Librairie des Sciences Politiques et Sociales, 1933.

PAXTON, Robert O.. *A Anatomia do Fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PLEKHANOV, Guiorgui. *O Papel do Indivíduo na História*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

REALE, Miguel. *A Crise da Liberdade (1931)* In. \_\_\_\_\_. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

\_\_\_\_\_. "A Posição do Integralismo" (1933). In. *Perspectivas Integralistas*. In. \_\_\_\_\_. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

\_\_\_\_\_. *Perspectivas Integralistas*. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1ª Ed. de 1935, 2ª Ed. de 1936. in. In. \_\_\_\_\_. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

\_\_\_\_\_. *ABC do Integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935 (1ª ed. – 2ª ed. de 1936). In. \_\_\_\_\_. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983A.

\_\_\_\_\_. *Atualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Schimidt Editor, 1937. In. \_\_\_\_\_. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

\_\_\_\_\_. *Memórias: Destinos Cruzados*. Vol. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 1987.

ROSSELLI, Carlo. *Socialismo Liberal*. Tradução de Sérgio Barth. Brasília: Instituto Teotônio Vilela; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

VALOIS, Georges. *Un nouvel age de l'humanité*. Paris: Librairie Valois, 1929.